



Partido Comunista Português
Direcção da Organização Regional de Vila Real

Conferência de Imprensa,

19 de Janeiro/15

O ano de 2015 iniciou-se num momento de profunda degradação da situação política, económica e social do país.

Ao contrário do fim das nuvens negras anunciado pelo Primeiro-Ministro, o novo ano não trará vida nova mas sim mais exploração e empobrecimento dos trabalhadores, mais desemprego, emigração e desigualdades e mais dificuldades no acesso a direitos fundamentais. Enfim, será mais do mesmo.

PSD e CDS-PP insistem em iludir o povo com falsidades e mistificações. Insistem na tese da saída limpa da tróica e da recuperação económica, mas a realidade é que hoje os trabalhadores, os reformados e o povo vivem pior e que, a política da tróica se mantém como consta das medidas inscritas no Orçamento do Estado.

Ao contrário dessas falsas promessas e anúncios, o que o Governo PSD/ CDS reservou para os portugueses em 2015 são mais dificuldades na vida de quem trabalha. O início do ano aí está a confirmar isso mesmo.

Aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores e o povo, despedimentos na Administração Pública, novos cortes na educação, na saúde e no Poder Local, continuação das privatizações de empresas estratégicas como a TAP. É esta vida velha que o Governo PSD/CDS tem para oferecer aos portugueses no novo ano, a confirmar que não há remendo que valha à política de direita. Sem derrotar este Governo e a política de direita que executa, não há solução para os problemas nacionais.

O ano de 2014 chegou ao fim deixando claro o quadro de degradação social, económica e política a que a política de direita tem conduzido o país e a vida nacional.

Foram trazidos a público novos casos de crime económico, fuga e branqueamento de capitais, gestão danosa, fraude, e corrupção que são consequência directa da política de

direita, como comprovam os vistos Gold apadrinhados por Paulo Portas e seus acólitos, ou o escândalo do BES/GES.

Para alimentar a insaciável gula dos especuladores e dos agiotas, que acumulam riqueza à custa dos rendimentos do trabalho e do saque dos recursos públicos, 2015 inicia-se com o processo de privatização da TAP em curso. Privatizar a TAP, uma empresa pública de um sector estratégico da nossa economia, é criminoso do ponto de vista político e económico. A TAP deve estar ao serviço dos portugueses e do interesse nacional, sob controlo público e não de um qualquer grupo económico.

Ano novo, velhas políticas: dos 12 mil trabalhadores que o Governo quer agora despedir da Administração Pública, juntando-se aos 80 mil que saíram desde 2011, há 700 trabalhadores da Segurança Social na linha da frente para o despedimento através da requalificação. Sem pudor, em vésperas de ano novo o Governo divulgou a lista com os nomes dos trabalhadores a despedir. Não se conhece nenhum argumento válido para esta decisão. Estes trabalhadores desempenham funções permanentes na Segurança Social e de uma enorme relevância no apoio à infância ou aos idosos, pelo que o seu despedimento só se explica com a estratégia do Governo de destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

No que respeita à Segurança Social, o Governo insiste no mesmo caminho de degradação das pensões e cortes nas prestações sociais. Às mais de 600 mil crianças a quem foi cortado o abono de família o Governo acrescentou entretanto mais 1700, só entre Outubro e Novembro.

Quanto ao desemprego, os últimos dados oficiais dizem-nos que o desemprego aumentou, com mais 30 mil trabalhadores no desemprego em comparação com o período homólogo e a destruição de mais 25.300 postos de trabalho.

No Distrito, em Nov./14 (últimos dados do INE) o número de desempregados era de 13115, destes, 51,2% são desempregados de longa duração.

Casa do Douro

Faz hoje precisamente um mês que foi publicada a Portaria 268/2014, que abre o procedimento concursal para a selecção da Associação que sucederá à Casa do Douro. Na sequência da publicação desta Portaria, o PCP requereu uma audição urgente ao Secretário de Estado da Agricultura, para que este preste esclarecimentos sobre o processo. Até á presente data, a mesma ainda não se realizou. (anexamos requerimento do PCP).

Saúde

No final de 2014 e início de 2015 o país foi novamente brindado, pela negativa, com as consequências da política de desinvestimento na saúde. **É grave situação que o Serviço Nacional de Saúde (SNS)** está a atravessar, é a mais séria desde a sua fundação, na sequência do 25 de Abril de 1974. Atinge praticamente todas as Unidades de Saúde, de Norte a Sul do país e, ao contrário do que tentam fazer-nos crer, está muito longe de se restringir aos Serviços de Urgência. Nem sequer se pode dizer que ela depende “ apenas “ de mais um surto de gripe. Há muito tempo que os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes operacionais e administrativos, vêm a alertar para a ruptura funcional dos serviços. Também os sindicatos e as ordens profissionais têm juntado vozes nesta denúncia.

Salientamos que esta situação de “caos” não se vai resolver nos próximos dias, nem nas próximas semanas. **É importante, nesta altura em que a população, incluindo a comunicação social, estão mais sensíveis para estas questões, fazer uma reflexão mais profunda de como aqui chegámos.**

Hoje vamos apenas focar uma questão essencial e estruturante utilizada pelos últimos governos de Durão Barroso, de Sócrates e de Passos Coelho, associados aos respectivos Ministros da Saúde em especial o Dr. Correia de Campos, para a progressiva destruição do SNS definido na Constituição da República Portuguesa. Referimo-nos à empresarialização das Unidades de Saúde associada a um modelo de gestão e de financiamento das Unidades de Saúde que as afasta da sua função primordial de fornecer com eficiência bons cuidados de saúde às populações. Ao mesmo tempo, este modelo tem permitido de forma escandalosa o financiamento com dinheiros públicos dos nossos impostos, aos grandes grupos privados de saúde, ligados aos grupos financeiros.

Não é sem razão, que o actual Ministro da Saúde quer dar uma imagem de eficiência, fugindo de gafes tão habituais nos outros governantes. É que assim, sem dar nas vistas,

pode prosseguir com eficácia o plano de privatização da saúde em Portugal. Claro que só daqueles sectores da saúde que dão lucro e como sabemos só dá lucro quando financiados pelo dinheiro dos nossos impostos.

Mas voltando ao modelo de financiamento por exemplo dos hospitais. Uma unidade hospitalar pública é empurrada, neste modelo para comprar um serviço a 100 euros aos privados, em detrimento do mesmo serviço a 101 euros, mas numa unidade pública de saúde. No entanto, esta decisão é ruínosa para o Estado porque os 101 euros que circulariam entre unidades públicas representariam realmente uma poupança significativa, dado que englobavam pagamentos de materiais, tecnologias e salários dentro dos serviços públicos.

A resolução deste problema não se compadece com paliativos. É preciso de uma vez por todas por fim à contratação de empresas e integrar nos quadros os profissionais de saúde em falta, criando condições para a sua fixação e valorizando as suas carreiras. O PCP vai entregar uma iniciativa legislativa neste sentido.

O Partido Socialista tem de clarificar antes das eleições se vai manter este modelo de gestão empresarial e de financiamento das unidades de saúde. É que não há futuro para o nosso SNS, se este modelo não for radicalmente modificado.

A solução para os problemas nacionais não está na política de direita. Está mais do que demonstrado que a política de direita é a causa dos problemas dos trabalhadores, do povo e do país e que só a ruptura com essa política pode abrir espaço para a sua resolução.

Como o povo vem reclamando e lutando, é urgente a demissão deste Governo mas é também necessária a ruptura com a política de direita e a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Neste início de 2015 o compromisso que reiteramos com todos os portugueses é o compromisso de continuar a lutar pela construção dessa alternativa com confiança e esperança no futuro. Confiança na luta e da unidade dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens, dos democratas, dos patriotas e de todos aqueles que querem pôr fim a este rumo de retrocesso político, económico e social e retomar o caminho dos valores de Abril.